

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
FONOAUDIOLOGIA

Glianny Gleicy Fernandes Santos
Tatiele da Silva Barbosa

**A ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM SURDEZ NO ENSINO
SUPERIOR, DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

GOIÂNIA/GO
2021

A ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM SURDEZ NO ENSINO SUPERIOR, DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Glianny Gleicy Fernandes Santos¹; Tatiele Da Silva Barbosa²;
Sandra De Freitas Paniago Fernandes³.

RESUMO

Objetivo: Compreender os desafios enfrentados no ensino remoto pelos universitários com deficiência auditiva. Especificamente pretendeu-se levantar uma discussão sobre a efetividade das aulas remotas para alunos com surdez e abordar os aspectos negativos para possíveis melhorias futuras nessa modalidade de ensino. **Métodos:** Trata-se de uma Revisão Bibliográfica com abordagem qualitativa. Os sites utilizados para fazer as buscas foram *Scielo (Scientific Library Online)*, *Scielo*; *Bireme* e *Lilacs*, sem delimitação temporal. **Resultados:** Foram selecionados sete artigos relacionados ao tema. De acordo com os dados coletados percebe-se que a pandemia do Covid-19 trouxe desafios para os alunos surdos enfrentarem nas aulas remotas, como acontece com as falhas e interrupções na internet, dificuldades de compreensão do que o professor está pronunciando, câmeras desligadas, a interação entre colegas de classe e com professores ficou menor, exigindo de todos uma adaptação forçada. **Conclusão:** A grande dificuldade que alunos com surdez tinham em aulas presenciais, como na interação entre ouvintes e não ouvintes, se intensificou com a chegada da pandemia, aumentando os desafios para esses estudantes no ensino remoto. É perceptível que as pessoas que têm surdez precisam ser incluídas tanto em aulas presenciais como em aulas remotas, com assistência adequada e com qualidade.

Palavras-chave: Acessibilidade. Aluno surdo. Covid-19. Ensino superior.

ABSTRACT

Objective: To understand the challenges faced in online classes by university students with hearing impairment, raise a discussion about the effectiveness of remote classes for students with deafness. Address the negative aspects for possible future improvements in virtual classes. **Methods:** This is a literature review and cross-sectional subject. The sites used to do the searches are Scielo (Scientific Library Online) and Google Scholar, the time was indefinite. **Results:** Seven articles related to the topic were selected. According to the data collected, the great difficulty that deaf students had in face-to-face classes can be seen, as in the interaction between hearing and non-hearing people, which in fact intensified with the arrival of the pandemic, increasing the challenges for these students in classes online. **Conclusion:** Covid-19 brought challenges for deaf students to face in remote classes, such as failures and interruptions on the internet, difficulties in understanding what

¹ Graduanda de Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, Goiás.

² Graduanda de Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, Goiás.

³ Mestre do curso de Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, Goiás.

the teacher is saying, cameras turned off, interaction between classmates and teachers remained smaller, requiring a forced adaptation of all. It is noticeable that people who have deafness need to be included both in face-to-face classes and in remote classes, with adequate and quality care.

Keywords: Accessibility. Deaf student. Covid-19. Higher education.

INTRODUÇÃO

Com o surgimento da Covid-19 (do inglês: *Coronavirus Disease 2019*, em português: Doença por Coronavírus – 2019) foi decretado um estado de alarme em vários países, onde ocorreram modificações no cotidiano de muitos brasileiros de diversas maneiras, atingindo a área da saúde e da educação. Nesse aspecto da educação, o ensino superior foi atingido de forma em que as aulas presenciais se transformaram em aulas não presenciais, ocorreram adaptações nas instituições de ensino, incluindo nisso, as universidades, tudo isso decorrente do surgimento desse novo vírus.

Na China, pela primeira vez, no dia 31 do mês de dezembro de 2019, foi identificado e reportado para a Organização Mundial de Saúde (OMS) um novo tipo de vírus, conhecido como SARS-CoV-2, esse vírus provoca a doença Covid-19 que ficou conhecida popularmente como Coronavírus. De origem não conhecida, mas suspeita-se que tenha a origem zoonótica e se manifestou em Wuhan, mais exatamente, na província de Hubei. Foram encontrados casos de pneumonia grave e no dia 09 de janeiro, já em 2020, ocorreu o primeiro óbito. Neste mesmo mês, a China divulgou ser uma doença que poderia acarretar transmissões entre a população humana (SÁ, 2020; CAMPOS *et al.*, 2020).

Essa doença foi causada por um vírus que no início se chamou “vírus de Wuhan”, logo em seguida “coronavírus Wuhan”, mas depois foi chamado de “coronavírus China”. A OMS relatou inicialmente no dia 31 de dezembro de 2019 a pneumonia que tem uma causa ignorada e a sua capacidade de transmitir a doença. Para não haver pânico ainda maior, a OMS não fez relação da Covid-19 com a SARS (SÁ, 2020; MARQUES; SILVEIRA e PIMENTA, 2021).

O médico chinês que é especialista em oftalmologia, *Li Wenliang* alertou alguns de seus colegas, pelo aplicativo da china *WeChat*, que existia sete pacientes que tinham sintomas parecidos com a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). A manifestação da doença veio em forma de pneumonia com causa desconhecida.

Um pouco mais tarde houve a nomeação dessa doença. No dia 11 de fevereiro de 2020 a OMS passou a chamar de Covid-19. Os nomes têm variações de acordo com o conhecimento científico em relação a essa doença, por causa de políticas e disputas sociais.

No dia 11 de janeiro de 2020 teve o anúncio da primeira vítima, já no dia 20 de janeiro de 2020 o surto foi declarado pela China como uma emergência sanitária. Dr. Li foi infectado pela Covid-19 e a confirmação foi no dia 30 de janeiro de 2020, o *Hospital Central de Wuhan* divulgou no dia 07 de fevereiro de 2020 que o médico havia falecido. O alastramento da Covid-19 rompeu fronteiras aparecendo casos no Japão, Tailândia e Coréia.

A partir daí, foram tomadas medidas para verificar o curso do vírus, foram feitas as divulgações da doença e os países vizinhos da China tiveram o início do fechamento das fronteiras. Foram suspensos pelas companhias aéreas os voos em direção a China, também os lugares públicos começaram a ficar vazios, escolas, comércios aderiram ao isolamento social (MARQUES; SILVEIRA e PIMENTA, 2021).

Comprovando esse contágio de pessoa para pessoa, o Coronavírus se alastrou rapidamente pelos continentes, deixando de ser uma epidemia para mais tarde se tornar uma pandemia. Já houve a descoberta pelos pesquisadores de que o vírus é transmitido através de gotículas da saliva. Isso ocorre quando a pessoa que está contaminada com o vírus, espirra; fala; tosse ou até mesmo contamina alguma parte de seu próprio corpo com essas gotículas, encosta em coisas e pessoas contaminando-as (CAMPOS *et al.*, 2020).

Muitos países tiveram a contaminação comunitária, onde cada país apresenta características próprias, provavelmente, devido ao ambiente; fatores locais; clima; densidade demográfica da população e entre outros. No Brasil, há indícios que a covid-19 teve início a mais de 20 dias antes de ser registrado o primeiro caso. Uma pessoa que foi da Itália em direção a São Paulo, em torno do fim do mês de fevereiro, foi considerado o pioneiro no Brasil. Mas de acordo com o “publicado na revista Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, o COVID-19 começou a se espalhar no Brasil por volta da primeira semana de fevereiro” (MENEZES, 2020).

A OMS (2020) fez recomendações quanto aos cuidados necessários para prevenir a contaminação durante a pandemia, tais como: uso de máscaras, manter distanciamento social, higienização. Além disso, é importante que as pessoas estejam com a vacinação em dia, pois as vacinas protegem contra diversos vírus

que podem deixar o sistema imunológico fraco. Há também orientações de como se comportar em meio a esse período tão complexo, como: cuidar do estado físico e psicológico. Uma pessoa que se encontra contaminada, mesmo que não apresente sintomas é capaz de contaminar outros indivíduos, por isso as orientações sempre são necessárias (CAMPOS *et al.*, 2020).

A vida das pessoas foi se modificando em praticamente todo o mundo. As avenidas e parques passaram a ficar mais vazios, comércios e atividades ficaram suspensos em vários países, lugares públicos também deixaram de estarem lotados e aulas foram suspensas. Houve crise na economia do mercado financeiro e divergências na política. Foram perceptíveis as mudanças de comportamentos dos seres humanos, pois a solidariedade veio à tona com os valores e atitudes que pareciam não existir mais, revalorizando a ciência, esperando vir a solução que salva ou que traga uma resposta capaz de dar explicação e alternativas para solucionar essa crise, alimentando novamente a crença nos seres humanos (MARQUES; SILVEIRA e PIMENTA, 2021).

Sobre a imunização, de acordo com a OMS (2020), atualmente várias vacinas estão sendo utilizadas para o combate da Covid-19. No começo do mês de dezembro de 2020, tiveram início programas de vacinação em grande escala em vários países. As vacinas devem ser autorizadas pelos órgãos reguladores nacionais, mas primeiramente devem demonstrar a eficácia e segurança (WHO, 2020a). “A OMS listou a vacina de *mRNA Comirnaty Covid-19* para uso emergencial, tornando a vacina *Pfizer/BioNTech* a primeira a receber validação de emergência da OMS desde o início do surto. De acordo com os órgãos reguladores, essas vacinas apresentaram segurança e eficácia conforme havia estabelecido pela OMS (WHO, 2020b).

Com o cenário que a Covid-19 trouxe, houve algumas medidas para preservar também a saúde dos estudantes. O Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovou, no dia 28 de abril de 2020, diretrizes com orientações para escolas, universidades e outras unidades educacionais, onde o Ministério da Educação (MEC) teve participação nas decisões do parecer. É notória a gravidade da situação, e em todas as modalidades de ensino, devido a Pandemia, as aulas presenciais foram suspensas, por prazo indeterminado, conforme a Lei 14.040/2020:

Art. 3º As instituições de educação superior ficam dispensadas, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico, nos termos do caput e do § 3º do art. 47 da Lei

nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para o ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, desde que: I - seja mantida a carga horária prevista na grade curricular para cada curso; e II - não haja prejuízo aos conteúdos essenciais para o exercício da profissão (BRASIL, 2020).

As instituições optaram por métodos de ensino alternativos para que os alunos não ficassem tão prejudicados, tais como: Ensino híbrido, aulas remotas e Ensino a Distância (EAD) (A VOZ DA SERRA, 2020).

- Ensino Híbrido alterna interações presenciais e o uso da tecnologia digital, onde é aplicado técnicas de ensino com a supervisão de um profissional (FURQUIM, 2019);
- Aulas remotas são baseadas em transmissões ao vivo, ou seja, ministradas em tempo real pelo professor, com interação durante as aulas (SAE DIGITAL, 2021);
- Ensino a distância (EAD), onde o professor e os alunos estão em lugares distintos por meio de tecnologias, sendo uma modalidade que possibilita aos alunos estudarem determinados conteúdos, acompanhar aulas, sem precisarem ir à instituição de ensino fisicamente (BRASIL ESCOLA, 2021).

Em meio ao cenário crítico é perceptível as dificuldades que todos começaram a enfrentar, com isso, alunos e professores se reinventaram e se adaptaram com esse “novo normal”, porém, também são nítidas as dificuldades que essa pandemia tem trazido: dificuldade com acesso à internet, seja de professores ou alunos, falta de meios tecnológicos essenciais como computadores e celulares, e até mesmo dificuldades dos estudantes referentes a concentração.

Dessa forma, percebe-se que muitos estudantes sofrem com esse impacto, mas o que muitos ainda não pensaram é sobre aqueles alunos que tem necessidades educacionais especiais (NEE), que possuem uma certa dificuldade referente a compressão durante as aulas, e que muitas vezes não consegue acompanhar as aulas (FIEPA, 2020).

As instituições de ensino têm o dever de oferecer um acesso à cultura e educação para os alunos com deficiência assim como oferece para alunos sem deficiência, proporcionando a cidadania e evitando a desigualdade entre as pessoas. A inclusão de alunos com algum tipo de deficiência é vista como um desafio. Sabe-se que estes alunos naturalmente já se isolam por causa de suas limitações, seja nas escolas, universidades, no mercado de trabalho e até mesmo em reuniões com familiares, prejudicando a vida social e econômica.

Dos vários tipos de deficiência destaca-se a deficiência auditiva/surdez por ser o foco dessa pesquisa. O aparecimento do Covid-19 dificultou ainda mais a vida dos surdos, percebe-se alguns exemplos, como o uso de máscaras que atrapalham na leitura orofacial, interrompendo um dos modos de comunicações que alguns deles possuem. É visível que a acessibilidade, a comunicação e a integração que antes já eram limitadas, intensificou-se ainda mais com a presença da pandemia. (CURY *et al.*, 2020).

É perceptível que a rotina de uma pessoa em época de Covid-19 não é somente ficar em casa, evitando contato até mesmo nos momentos de descontração com conhecidos, mas também se cuidar, tomar as medidas preventivas para evitar a transmissão e cuidar do psicológico. Sendo assim, entender a realidade atual do ensino superior é de suma importância, pois precisa de propostas com implementação de ações para ajudar os alunos surdos nessa pandemia e a necessidade de utilizá-las adequadamente (CAMPOS *et al.*, 2020).

Dessa forma, este trabalho teve como objetivo compreender os desafios enfrentados nas aulas remotas pelos alunos com deficiência auditiva. Especificamente pretendeu-se levantar uma discussão sobre a efetividade das aulas remotas para os alunos com problemas auditivos e abordar os aspectos negativos que prejudicam os estudantes nas aulas não presenciais para possíveis melhorias futuras, com o intuito da obtenção de rendimento escolar provocado pelo entendimento da matéria e bons diálogos esclarecedores entre alunos surdos e ouvintes e professores.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão da literatura, com abordagem qualitativa. Baseia-se em análise de artigos e publicações em páginas específicas sobre a pandemia.

Para análise foram seguidas as etapas: identificação do tema; estabelecimento dos critérios que incluem e excluem os artigos e trabalhos de teses e dissertações; categorização dos estudos; avaliação dos estudos que foram incluídos e interpretação dos resultados encontrados.

A busca foi realizada nas seguintes bases de dados: *Scielo (Scientific Library Online)* *Scielo*; *Bireme* e *Lilacs*, sem delimitação temporal. As palavras chaves

usadas para a busca da literatura foram: “Covid-19”, “acessibilidade”, “alunos surdos” e “ensino superior”.

Foram selecionados inicialmente o total de 126 artigos. Como critérios de inclusão neste estudo, procurou-se por artigos, trabalhos de tese e dissertação que falassem a respeito da temática abordada e publicados no idioma português. Como critérios para a exclusão, descartou-se os artigos incompletos. Após todos os filtros foram descartados 119 artigos restando então 07 (sete) trabalhos para nosso estudo.

Além desses artigos, foram utilizados para reflexão e discussão da temática proposta, documentos legais acerca da acessibilidade de alunos com necessidades educacionais especiais e documentos que tratam do Ensino Superior, além de portais de notícias como Fio Cruz, MEC, OMS e CNE; acerca da pandemia do COVID-19.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para alcançar os objetivos propostos nesse trabalho, foram selecionados 07 (sete) artigos científicos a partir da pesquisa nas bases de dados (Quadro 1).

Quadro 1 – Referente a: autor, título do artigo, fonte de publicação e ano.

AUTOR (es)	TÍTULO	PERIÓDICO/ANO
CURY, C. A. J., <i>et al.</i>	O aluno com deficiência e a pandemia.	ISSUP, 2020.
FIGUEIREDO, A. C., <i>et al.</i>	Acessibilidade e vida universitária.	Scielo (Scientific Library Online), 2010.
MANENTE, M. V.; RODRIGUES, O. M. P. R. e PALAMIN, M. E. G.	Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior.	Scielo (Scientific Library Online), 2007.
LACERDA, C. B. F. de.	A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.	Scielo (Scientific Library Online), 2006.
MELO, F. R. L. V. de. e ARAÚJO, E. R.	Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional.	Scielo (Scientific Library Online), 2018.
RODRIGUES, C. S. e VALENTE, F.	Intérprete de Libras.	IESDE Brasil S.A, 2011.

SILVA, M. Z. M. *et al.*

Desafios no ensino remoto para alunos surdos durante a pandemia: possíveis estratégias em dias de quarentena.

Editora Realize, 2020.

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração das autoras, 2021.

A chegada da pandemia afetou vários países distribuídos nos 05 (cinco) continentes, prejudicando não só a saúde, mas também a economia do mundo todo. Com o avanço dessa doença, precisou-se de medidas rápidas embasadas na ciência que promovessem o aparecimento e fortalecimento de estratégias e que fossem conscientes para preservar a população. A pandemia do século XXI (vinte e um) tornou-se um desafio grandioso onde os profissionais de saúde tiveram que se qualificar e se capacitar para o enfrentamento da Covid-19 (MARQUES; SILVEIRA e PIMENTA, 2021; MENEZES, 2020; VISA, 2020).

Em função de tudo que ocorreu por prejuízos da Covid-19, aulas presenciais foram suspensas a partir de março de 2020, e por conta disso, o MEC autorizou as instituições de ensino a substituírem as aulas presenciais, migrando-as para meios tecnológicos por tempo indeterminado, mas também é perceptível que essa modalidade de ensino é totalmente diferente de aulas presenciais, as plataformas de ensino virtual foram um meio que encontraram para o estudante se manter matriculado e permanecer com conteúdo e estudos atualizados, isso fez com que os alunos buscassem constantemente se renovarem e se enquadrarem no mundo digital. Ao mesmo tempo é visível que nem todos podem e conseguem ter esse acesso a toda essa tecnologia dificultando ainda mais a vida do estudante (UFMG, 2020).

O direito a igualdade deve ser fornecido em qualquer ambiente na vida do ser humano, seja em locais de trabalhos, escolas, universidades e até mesmo no lazer. Dessa maneira percebe-se que as mudanças para a melhoria na acessibilidade de alunos com deficiência ocorrem constantemente. A implementação de leis e decretos tem reduzido diariamente a dificuldade na vida dessas pessoas, seja em instituições de ensino, vida pessoal, profissional e até mesmo no próprio lazer. Logo com essas implementações e mudanças, o número de pessoas com deficiências se matriculando em instituições de ensino aumentou significativamente inserindo os alunos e abrindo portas para o futuro (FIGUEIREDO *et al.*, 2010).

Neste cenário é fundamental compreender que a acessibilidade é o acesso de qualidade de forma igualitária do que está ao nosso redor, com segurança e autonomia e é regida por lei, de acordo com o decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 da Presidência da República:

Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade reduzida, e dá outras providências (BRASIL, 2004).

Dessa forma, é importante compreender que na acessibilidade existem diferentes pontos a serem observados, dividindo a acessibilidade em comunicacional, arquitetônica, instrumental, metodológica, programática, atitudinal e tecnológica, porém, todos com a mesma finalidade que é fornecer qualidade de forma igualitária independente da deficiência que alguma pessoa tenha (VALENTE, AMOEDO E NASCIMENTO, 2017), são elas:

1. Acessibilidade arquitetônica: é a eliminação de obstáculo físico e ambiental, como em construção de casas, rampa de acesso, banheiros adaptados, espaços públicos e a melhora de transportes coletivos.
2. Acessibilidade comunicacional: quando não há barreiras na comunicação interpessoal para garantir que a mensagem chegue para todos, seja de forma escrita, língua de sinais, textos em braile ou com letras maiores para pessoas com pouca visão, e até mesmo autodescrição de imagens.
3. Acessibilidade instrumental: trata-se de fornecer ferramentas e equipamentos necessário para o cotidiano, seja em escolas, local de trabalho e até mesmo no lazer, por exemplo, quando se tem uma cadeira adaptável para um cadeirante se sentar.
4. Acessibilidade metodológica: é a eliminação de obstáculos referente as metodologias de ensino, se refere ao método de ensino e aplicação de diferentes estilos na aprendizagem, não deve haver barreiras nas técnicas de estudo.
5. Acessibilidade programática: não deve haver barreiras existentes nas políticas públicas, seja em leis, decretos, normas, regulamentos etc.
6. Acessibilidade atitudinal: refere-se ao comportamento de pessoas sem preconceitos, discriminações, estereótipos ou estigmas, e é uma atitude individual de cada pessoa.

7. Acessibilidade tecnológica: não pode haver barreiras que impeçam a comunicação no mundo digital, seja em relação ao manuseio de equipamentos e programas ou dificuldades de acesso (UNOESC, 2021).

De acordo com a Portaria do MEC nº3.284 de 07 de novembro de 2003 que diz respeito a acessibilidade no ensino superior e que tem como objetivo instruir e assegurar o aluno portador de deficiência física e sensorial, dispõe:

Art. 1º Determinar que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais (BRASIL, 2003).

Sendo assim, entende-se que existem diferentes modos de distinguir a acessibilidade. A acessibilidade do surdo não é a mesma do que a acessibilidade de uma pessoa cega ou deficiente física, como por exemplo. A pessoa surda baseia-se na comunicação, como no uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ou adaptação do Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI).

De acordo com o censo IBGE de 2010, existem 45.606.048 pessoas que apresentam deficiências como auditiva, sensorial ou intelectual. É importante compreender o número de pessoas que apresentam necessidades especiais para contribuir com a conscientização das necessidades dessas pessoas com deficiência, com isso, diminuir as barreiras incapacitantes que existem. Estudos feitos no Instituto locomotiva e a semana de Acessibilidade surda (Agência Brasil, 2019), demonstram que a surdez é uma das deficiências que mais aumenta e com a maior predominância na população brasileira, seja por surdez adquirida quando se adquire em qualquer fase da vida ou surdez congênita, quando já tenham nascido com essa condição (GANDRA, 2019).

Essas perdas podem ser classificadas como leve (26 a 40 dB), moderada (41 a 55 dB), moderadamente severa (56 a 70 dB), severa (71 a 90) e profunda (91 dB acima) segundo Lloyd e Kaplan (1978). O avanço das ciências biomédicas trouxe a tecnologia envolvendo as próteses auditivas, dessa forma foram capazes de corrigir muitos dos problemas auditivos (SISTEMA DE CONSELHOS DE FONOAUDIOLOGIA, 2020).

Nos últimos anos tem aumentado o número de matrículas no ensino superior de pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Os indicadores no Brasil apontam que no período de dez anos foram aproximadamente 575,4 de

matriculados, em 2006 era 5.078 de pessoas com deficiência que se matricularam, esse número em 2013 foi de 29.221 pessoas com deficiência. O conjunto de medidas na legislação brasileira que foram tomadas para a garantia de acesso fez com que decorressem esse crescimento no Brasil. “O Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior/SESU e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI, criou em 2005 o Programa Incluir’. O objetivo desse programa de inclusão é sustentar e consolidar os núcleos de acessibilidade (MELO, 2018).

Nos dias atuais vem aumentando em grande escala a matrícula de pessoas com deficiência auditiva em instituições de ensino e isso deve ao fato de efetivação de leis e decretos que resguardam esses alunos, existem leis específicas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), o Decreto lei nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004), como forma de se fazer cumprir a igualdade e garantir a inclusão de todos. Porém, percebe-se que é um grande desafio incluí-los a educação, mas as instituições fazem o possível para dar suporte a esses alunos. Entretanto, ainda existem barreiras a serem quebradas e muito ainda deve ser melhorado, visto que muitas das instituições ainda não estão preparadas para receber o aluno que possui deficiência, o que impede a inclusão desses alunos no meio escolar (RICARDO, 2018).

A educação de pessoas surdas é considerada um tema bastante preocupante. De acordo com Lacerda (2006); Manente, Rodrigues & Palamin, (2007) várias pesquisas que foram desenvolvidas no Brasil e no exterior apontam que há um número bem significativo de pessoas que passaram por muitos anos de escolarização, apresenta competência para aspectos na área acadêmica muito aquém do desempenho em relação aos alunos que são ouvintes, mesmo tendo a capacidade cognitiva inicial semelhante. Percebe-se que o deficiente auditivo ainda tem dificuldades em relação a vida acadêmica. De acordo com alguns estudos feitos com alunos universitários, a grande maioria dos surdos questiona a integração de alunos ouvintes, se referem ao preconceito e falta de cooperação por parte da turma, também existem alguns questionamentos em relação ao professor. De acordo com esses alunos, existem queixas sobre alguns professores que falam baixo ou que falam andando pela sala, dificultando a compreensão das aulas desses estudantes.

A inclusão desses alunos ainda é uma grande questão a ser solucionada. O questionamento maior por parte do surdo é a falta de interação que professores e colegas ouvintes tem para com ele, mas isso também se deve ao fato de que grande parte dos ouvintes não falam em língua de sinais ou que não compreendem a importância da leitura labial.

De fato, com a pandemia, o trabalho *home office* ganhou força, e logo depois as videochamadas. E isso trouxe alguns outros desafios para alunos surdos, visto que a dificuldade que eles tinham já era grande em aulas presenciais.

Foi observado que aulas remotas trouxeram problemas diferentes, como por exemplo, quando o professor fala e a voz chega mais baixa do que o esperado, ou quando o professor explica algum conteúdo e por falhas da conexão de internet o aluno surdo não compreende ou até mesmo quando há instabilidade das plataformas das aulas. Os professores passaram a ter um vínculo menor com os alunos, pois não os conhecem presencialmente, todos esses fatores fazem com que os alunos sejam prejudicados em seu desempenho escolar.

Além disso, ainda existem outros fatores que também podem prejudicar o aluno com surdez, como: o professor que desliga a câmera ou algum aluno que fala sem ao menos aparecer na câmera, fazendo com que o estudante perca o contato visual dos lábios do professor e aluno; quando é compartilhado slides impedindo o estudante de visualizar o professor explicando o conteúdo e a sua fala pode chegar distorcida.

Existem casos específicos, quando o aluno tem uma perda auditiva maior e faz o uso da Libras, ele pode requerer um intérprete, podendo solicitá-los nas aulas mesmo que seja por via remota, visto que é um direito que o surdo tem e é regido por lei. Com esse cenário, assim como os alunos, os intérpretes também tiveram que se adequar a todas essas modificações, seguindo as orientações da OMS para evitar a proliferação do vírus, usando novos meios tecnológicos e empenhando-se para se manterem atualizados no mundo digital.

É nítido que a exclusão de alunos surdos vem de muitos anos atrás, pois esses alunos já têm complicações relacionadas a sua deficiência, levando em consideração a dificuldade de compreensão nas aulas, constrangimentos e a exclusão praticada muitas vezes pelos próprios professores e colegas de classe. Para dar uma melhor qualidade de vida para a comunidade com deficiência auditiva foi criada a LEI nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002) que dispõe “Art. 1º

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (LACERDA, 2006).

Trazendo então o reconhecimento do uso de Libras como um meio de comunicação, uma modalidade gestual visual através do uso de sinais e reconhecida como segunda língua oficial no Brasil. Vale ressaltar, que entre as pessoas com surdez ainda existe uma certa dificuldade em relação aos ouvintes que não conhecem ou não a utilizam, o que prejudica essa comunicação entre ouvintes e surdos. Entretanto, nos casos em que necessita do intérprete de Libras, ele é responsável por ajudar na comunicação entre ouvintes e pessoas com deficiência auditiva (LACERDA, 2006).

O intérprete de Libras não é o mesmo que um tradutor. O intérprete trabalha com palavras faladas, primeiro ele escuta e após a conclusão do que foi falado ele traduz em língua de sinais ou ao contrário, ou seja, oralmente. Já o tradutor trabalha com a escrita, seja na tradução de legendas, documentos, livros e outros. É necessário que o profissional tenha total domínio do idioma. Dito isso, percebe-se que o intérprete de Libras é indispensável em sala de aula e na vida do surdo, pois é através dele que a comunicação entre ouvintes e surdos é estabelecida (RODRIGUES e VALENTE, 2011).

Ainda em tempo, é válido também refletir rapidamente sobre o papel da família nesse cenário tão peculiar. Em relação a família, é perceptível a participação dos membros desse grupo em situação de isolamento social, tanto no cotidiano, nas vivências em casa, como também nos conteúdos de estudos via online. No ambiente doméstico são encontrados diversos fatores que trazem a necessidade de empenho familiar como: a saúde, o bem-estar psicológico, os cuidados com o isolamento social, a parte financeira e até mesmo no entretenimento. Sobre o auxílio da família com os estudos, a família pode ajudar nas interpretações com o uso da língua de sinais, na escrita, na busca de pesquisas que podem colaborar com o desenvolvimento dessa pessoa surda como um estudante (SILVA *et al.*, 2020).

CONCLUSÃO

Com o presente estudo chegou-se à conclusão de que a inclusão de alunos surdos nas universidades é e sempre foi um grande desafio a ser enfrentado, e que a chegada da pandemia mostrou que o desafio seria ainda maior. Com isso, o

ensino remoto tornou-se uma forma encontrada para suprir a necessidade da continuação dos cursos, onde muitos tiveram que se adequar.

Grande parte dos estudantes passaram a enfrentar dificuldades com as aulas remotas, obrigando-os a se acostumarem com essa nova forma de aprender. Os estudantes surdos em aulas presenciais já tinham dificuldades relacionadas a interação com colegas de classe e com professores pelo fato de que muitos ouvintes não fazem o uso da Libras ou não possibilitam uma boa leitura labial, sendo obstáculos na comunicação entre eles.

Como estratégia, é recomendado que tanto o usuário de libras quanto o surdo oralizado sejam recebidos na própria instituição de ensino superior com o acompanhamento de uma pessoa que cuida da acessibilidade, com o intuito de que a pessoa que necessita de ajuda seja amparada da melhor forma. E na atual conjuntura pandêmica, seguindo as orientações de distanciamento social, portando uma máscara de material transparente ou um face shield e fazendo a utilização do álcool em gel. Para os alunos oralizados, sugere que um profissional esteja de frente para o aluno, de modo presencial, mantendo distanciamento social, para acompanhar e auxiliar nas dificuldades relacionadas aos conteúdos, colaborando no seu processo ensino aprendizagem.

Levando em consideração tudo que foi relatado, percebe-se que a inclusão de alunos surdos ainda precisa de adaptações para ter melhorias, tanto em universidades como em todas as instituições de ensino, independentemente de suas necessidades todos devem ter o acesso igual a educação.

REFERÊNCIAS

A VOZ DA SERRA (Jornal). **Educação na pandemia: Professores apontam as dificuldades no ensino público**: O ensino à distância teve baixa adesão dos alunos por diversos motivos. Jornal a Voz da Serra [online]. 2020. Disponível em: <https://avozdaserra.com.br/noticias/educacao-na-pandemia-professores-apontam-dificuldades-no-ensino-publico>. Acesso em 25 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (2018). **Apresentação: Conselho Nacional de Educação (CNE)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>. Acesso em 23 mar. 2021.

_____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece**

normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 05 abr. 2021.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 05 abr. 2021.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Diário Oficial da União. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 05 abr. 2021.

_____. Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. **Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Secretaria Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm. Acesso em: 15 abr. 2021.

_____. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. **Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

BRASIL ESCOLA. **Ensino a Distância (EAD):** Cursos a distância e semipresenciais se tornaram populares no Brasil e continuam crescendo. UOU. 2021. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/ensino-distancia>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CAMPOS, Lara Sessa, et al. **Cartilha às famílias de crianças e adolescentes com deficiência auditiva: acolhimento e direcionamentos em tempos de pandemia.** Vitória: UFES. 2020. Disponível em: https://implantecoclear.ufes.br/sites/implantecoclear.ufes.br/files/field/anexo/cartilha_familias.pdf. Acesso em 15 mar. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil et al. **O Aluno com Deficiência e a Pandemia.** Instituto Fabris Ferreira. ISSUP. 2020. Disponível em: <https://www.issup.net/files/2020-07/O%20aluno%20com%20defici%C3%Aancia%20na%20pandemia%20-%20l.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FIEPA. Federação das Indústrias do Estado do Pará. **Inclusão de Pessoas com deficiência auditiva é ainda mais importante na pandemia.** Agência CNI de Notícias. 2020. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-auditiva-e-ainda-mais-importante-na-pandemia/#:~:text=Uma%20quest%C3%A3o%20que%20ganhou%20mais,a%20pro-paga%C3%A7%C3%A3o%20de%20Covid%2D19>. Acesso em: 05 abr. 2021.

FIGUEIREDO, A. C., et al. **Acessibilidade e vida universitária: pontuações sobre a educação inclusiva.** In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil:

primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 187-207. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-11.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2021.

FURQUIM, Darcy. **Ensino Híbrido: O Que É e Como Pode Ser Usado Na Escola.** Escolas Disruptivas. 2019. Disponível em: <https://escolasdisruptivas.com.br/metodologias-inovadoras/ensino-hibrido-o-que-e-e-como-pode-ser-usado-na-escola/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

GANDRA, Alana. **País Tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, diz estudo:** Entre os que têm deficiência auditiva severa, 15% já nasceram surdos. Agência Brasil. Rio de Janeiro: 2019. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo>. Acesso em: 07 mai. 2021.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cad. Cedes, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000200004. Acesso em: 05 abr. 2021.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; ARAÚJO, Eliana Rodrigues. **Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional.** Psicologia Escolar e Educacional, SP. Número Especial, 2018. 57-66. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/TtbzYNgRQZqGJ7whtCJLR9f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 jun. 2021.

MANENTE, Milena Valelongo; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; PALAMIN, Maria Estela Guadagnuci. **Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior.** Relato de Pesquisa. Rev. bras. educ. espec. v. 13 n. 1. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/B3q6wWMmr7dHVzxf53LdZv/?lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2021.

MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; PIMENTA, Denise Nacif. **A pandemia de Covid-19: interseções e desafios para a História da Saúde e do Tempo Presente.** In: REIS, Tiago Siqueira et al (Orgs.). Coleção História do Tempo Presente, v. 3. 3 ed. Roraima: Editora UFRR, 2020, v. 3, p. 1-314. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/redecovid19humanidades/files/view.php/download/pasta/6/5fa5588b1ed7e.pdf>. Acesso em 31 mai. 2021.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; ARAÚJO, Eliana Rodrigues. **Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional.** Psicologia Escolar e Educacional, SP. Número Especial, 2018. 57-66. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/TtbzYNgRQZqGJ7whtCJLR9f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 jun. 2021.

MENEZES, Maíra. **Estudo aponta que novo coronavírus circulou sem ser detectado na Europa e Américas.** Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-aponta-que-novo-coronavirus-circulou-sem-ser-detectado-na-europa-e-americas#:~:text=Segundo%20o%20trabalho%2C%20publicado%20na,da%20primeira%20semana%20de%20fevereiro>. Acesso em 26 mar. 2021.

RICARDO, Fátima Sueli Vidoto. **A Importância Da Inclusão De Aluno Com Deficiência Auditiva Na Escola De Ensino Regular De Naviraí/MS: Um Estudo De Caso.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. a. 03, ed. 12, v. 03, p.153-169. 2018. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/aluno-com-deficiencia-auditiva#_ftn1. Acesso em: 21 mai. 2021

RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, Flávia. **Interprete de Libras.** Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2011. 232 p. Disponível em: http://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_interprete_de_libras.pdf. Acesso em 31 mai. 2021.

SÁ, Dominichi Miranda de. **ESPECIAL COVID- 19: OS HISTORIADORES E A PANDEMIA.** Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde (DEPES) da Casa de Oswaldo Cruz (COC). 2020. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html#.YMPuyfIKhPb>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SAE DIGITAL. **O Que São Aulas Remotas? Confira Aqui.** 2020. Disponível em: <https://sae.digital/aulas-remotas/>. Acesso em 25 mar. 2021.

SILVA, M. Z. M. *et al.* **Desafios no ensino remoto para alunos surdos durante a pandemia: possíveis estratégias em dias de quarentena.** Anais VII CONEDU - Edição Online. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68303>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SISTEMA DE CONSELHOS DE FONOAUDIOLOGIA. **Guia de orientação na avaliação audiológica.** Colaboração: Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia Academia Brasileira de Audiologia. v. 1 - Audiometria tonal liminar, logaudiometria e medidas de imitação acústica. 2020. Disponível em: https://www.fonoaudiologia.org.br/wp-content/uploads/2020/09/CFFa_Manual_Audiologia-1.pdf. Acesso 16 mai. 2021

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Recomendações Para Promoção Da Acessibilidade No Ensino Remoto Emergencial.** Integração Docente Ações Formativas Para As Práticas Pedagógicas; 32 p. 2020. Disponível em: <https://www.ufmg.br/integracaodocente/wpcontent/uploads/2020/07/recomendacoes-acessibilidade-ver2807f1.pdf>. Acesso em 31/05/2021.

UNOESC. Universidade do Oeste de Santa Catarina. **O Que É Acessibilidade?.** 2021. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/atendimento/definicao#:~:text=Segundo%20estudos%20desenvolvidos%20por%20Sasaki,%2C%20instrumental%2C%20metodol%C3%B3gica%20e%20program%C3%A1tica>. Acesso em: 06 mai. 2021.

VALENTE, Leidiane Santarém; AMOEDO, Francisca Keila Freitas; NASCIMENTO, Luzimere Pires do. **A acessibilidade do surdo nas unidades básicas de saúde na cidade Parintins Amazonas.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Enfermagem, Universidade do Estado do Amazonas. Parintins, Amazonas: UEA, 2017. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/764/1/A%20acessibilidade%20do%20surdo%20nas%20unidades%20b%C3%A1sicas%20de%20sa%C3%BAde%20na%20cidade%20de%20Parintins%20Amazonas.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2021.

VISA. **Efeitos da Covid-19: Transformação Digital nas PMEs.** 2020. Disponível em: <https://www.visa.com.br/empresas/pequenas-e-medias-empresas/dicas-para-seu-negocio/covid-transformacao-digital-das-pmes.html>. Acesso em 31 mai. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO), **Doença Por Coronavírus (COVID-19): Vacinas.** 2020a. Disponível em: [https://www.who.int/news-room/q-a-detail/coronavirus-disease-\(covid-19\)-vaccines?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=Cj0KCQjw0oCDBhCPARIsAII3C_EqaXo2QWdCY-XZ6pQ-HxVtfKQ2SWZhU5BnIlpZUsBf-X2kJaBjwCsaAg6MEALw_wcB#](https://www.who.int/news-room/q-a-detail/coronavirus-disease-(covid-19)-vaccines?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=Cj0KCQjw0oCDBhCPARIsAII3C_EqaXo2QWdCY-XZ6pQ-HxVtfKQ2SWZhU5BnIlpZUsBf-X2kJaBjwCsaAg6MEALw_wcB#). Acesso em 28 mar. 2021.

_____. WHO issues its first emergency use validation for a COVID-19 vaccine and emphasizes need for equitable global access. 2020b. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/31-12-2020-who-issues-its-first-emergency-use-validation-for-a-covid-19-vaccine-and-emphasizes-need-for-equitable-global-access>. Acesso em 28 mar. 2021.